

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Perantim nº 24

Class.:

19Data: nov/1980

Pg.:

Em pernambuco

PORANTIM

NOVEMBRO

Nº 24

1980

A Funai arrenda as terras dos Fulni-ô

A miséria está alastrada no município de Aguas Belas, em Pernambuco, onde vivem os Fulni-ô. Sem caça e sem roça, em consequência das permanentes invasões de suas terras, esses indígenas são obrigados a fazer o arrendamento de pequenos lotes para poderem sobreviver. Mesmo assim são mínimas as condições, pois a própria FUNAI, através do Posto Indígena local, além de servir de intermediária nas negociações, apossa-se de 30% da renda, estando o próprio prefeito e o vigário na lista dos arrendatários.

HISTÓRIA DO ARRENDAMENTO

Desde a entrada do Serviço de Proteção Indígena - SPI na área dos Fulni-ô, em 1931, a aldeia começou a quebrar seu equilíbrio natural. Os próprios chefes dos Postos Indígenas, foram os primeiros a se apossarem das terras desse povo, como é o caso do sr. Cariolano, que se apropriou de uma área denominada Mulembá.

Apesar do Estatuto do Índio proibir os funcionários dos Postos Indígenas de participar no arrendamento das terras, eles mesmos servem de intermediários, recolhendo 30% dos lucros.

Além do mais, os Fulni-ô sofrem outros atentados com relação ao seu patrimônio, como é o caso da BR-423, já totalmente asfaltada, onde já morreram dois índios. Os Fulni-ô afirmam que eles foram atropelados propositamente pelo sobrinho do presidente, da câmara, que é contra

a posse de terra por parte dos indígenas, "que ficam estancadas, sem progresso nenhum com a presença deles".

Apesar de haver sido demarcadas em 1928, há uma constante perseguição para a total retirada dos indígenas das terras. Como se não bastasse a estrada, o cemitério de Aguas Belas foi construído dentro da reserva, assim como um campo de futebol e a Companhia de Água. Ainda por cima, as autoridades permitiram o livre trânsito pelo aldeamento.

No dia 17 de janeiro, alguns líderes Fulni-ô encaminharam um abaixo-assinado ao presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, para que tomasse a iniciativa de retirar a taxa de 30% correspondente ao arrendamento, afirmando a grande falta que essa quantia faz à comunidade, pois a aldeia não possui mais caça, nem pesca, sendo o único recurso, o dinheiro das terras arrendadas.

Até agora, além da FUNAI não haver proibido a participação dos chefes de posto nesses negócios, nada fez com relação ao pedido dos indígenas. E a situação piora diante da proposta do coronel Natanael, que propôs aos indígenas a construção de 400 casas na área, que seriam feitos pela COHAB. Quanto a isso a FUNAI promete apenas que "vai mandar averiguar o fato". O que até agora não foi feito.